

Alerta Legislação nº 40, de 29 set. a 04 out. 2025
Boletim semanal

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

F

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.229, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência procede-se mediante ação penal pública incondicionada.

LEI Nº 15.224, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPPA); cria o Selo Doador de Alimentos; altera a [Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995](#); e revoga a [Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020](#).

DECRETO Nº 12.649, DE 2. DE OUTUBRO DE 2025

Regulamenta a modalidade de gratuidade do Auxílio Gás do Povo, de que trata o art. 1º-A, *caput*, inciso II, da [Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021](#).

DECRETO Nº 12.636, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025

Regulamenta a [Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023](#), que institui pensão especial aos filhos e aos dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio.

Governo do Estado de São Paulo

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

RESOLUÇÃO SEDUC Nº 129, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

03/10/2025

LEI Nº 15.230, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025

Altera a [Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997](#) (Lei das Eleições), para disciplinar a aferição da idade de elegibilidade e para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

	<u>LEI Nº 15.229, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência procede-se mediante ação penal pública incondicionada. <u>DECRETO Nº 12.649, DE 2. DE OUTUBRO DE 2025</u> Regulamenta a modalidade de gratuidade do Auxílio Gás do Povo, de que trata o art. 1º-A, <i>caput</i>, inciso II, da Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.
02/10/2025	<u>DECRETO Nº 12.647, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto nos concursos públicos para provimento de cargos do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, da Agência Nacional de Aviação Civil, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Agência Nacional de Telecomunicações, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, do Ministério da Cultura, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério dos Povos Indígenas. <u>DECRETO Nº 12.645, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Revoga o art. 61 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, que regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. <u>DECRETO Nº 12.643, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera o Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores portuário, aeroportuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização, e o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona. <u>DECRETO Nº 12.641, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Institui o Compromisso Nacional Toda Matemática.
01/10/2025	<u>LEI Nº 15.228, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal.

	<u>LEI Nº 15.227, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever prioridade de aquisição e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública. <u>LEI Nº 15.226, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito desse programa. <u>LEI Nº 15.225, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para dispor sobre indicadores de segurança alimentar e nutricional que orientem a priorização das atividades do referido Sistema. <u>LEI Nº 15.224, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA); cria o Selo Doador de Alimentos; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. <u>LEI Nº 15.223, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências.
30/09/2025 Edição Extra	<u>DECRETO Nº 12.637, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera o Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025.
30/09/2025	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 219, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para modificar prazos de duração e de fixação dos termos iniciais e finais de contagem de inelegibilidades, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para prever a criação do Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE). <u>LEI Nº 15.222, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade. <u>LEI Nº 15.221, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u>

	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães. <u>DECRETO Nº 12.636, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Regulamenta a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, que institui pensão especial aos filhos e aos dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio.
29/09/2025	<u>LEI Nº 15.220, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para criar sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância.
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 30, DE 2025</u> Institui a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 789, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Prorroga direito <i>antidumping</i> definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados através de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75 milímetros(mm), podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento (chapas grossas), originárias da China, Coreia do Sul e Ucrânia.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MCTI Nº 9.445, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre o funcionamento e a operacionalização do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD), instituído pelo Decreto nº 5.156, de 26 de julho de 2004, e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ <u>RESOLUÇÃO CNPQ Nº 24, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Resolução Normativa nº 28, de 18 de dezembro de 2015, que estabelece as normas gerais e específicas para as modalidades de bolsas individuais no País <u>PORTARIA CNPQ Nº 2.459, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera os valores das modalidades de bolsas do Programa Inova Talentos.

Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MINC Nº 241, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Estabelece critérios e orientações para a execução, no orçamento de 2026, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional a que se referem os Capítulos II e III da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 4.406, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre o Estandarte da Comissão Desportiva Militar do Brasil. COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.057, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre autorização de implantação de Objeto Projetado no Espaço Aéreo - OPEA, denominado "Torre Autoportante".
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 674, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Estabelece critérios e orientações para a execução de emendas de bancada estadual e emendas de comissão permanente, no orçamento de 2026, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério da Educação e entidades vinculadas, de que trata os arts. 2º, § 6º, e 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024. <u>PORTARIA MEC Nº 673, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Estabelece critérios e orientações para a execução de emendas de bancada estadual e emendas de comissão permanente, no orçamento de 2025, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério da Educação e entidades vinculadas, de que trata o art. 15 da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024. <u>PORTARIA MEC Nº 669, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera a Portaria MEC nº 605, de 29 de agosto de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a criação de matrículas em tempo integral, na educação básica, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 41, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Comitê de Governança de Dados e Informações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CGDI).

Ministério da Fazenda	COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL <u>RESOLUÇÃO CGSN Nº 182, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera o anexo XI (ocupações permitidas ao MEI) da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.253, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u> Ajusta regras aplicáveis à alteração de fonte de recursos de operações de crédito rural. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.252, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL <u>PORTARIA STN/MF Nº 2.202, 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Divulga o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao quarto bimestre de 2025, encerrado em agosto de 2025. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.282, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, que dispõe sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS <u>PORTARIA SEST/MGI Nº 8.468, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025</u> Estabelece procedimentos e prazos para a análise de propostas, encaminhadas pelos Ministérios setoriais, relacionadas ao patrocínio de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar - EFPC e a benefício de assistência à saúde, nas hipóteses de implementação de benefício, alteração ou inclusão de modalidade de benefício e alteração do custeio do benefício. SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS <u>RESOLUÇÃO SG/MGI Nº 2, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025</u> Recomenda o Guia Prático de Projetos (GPPRO) como referencial teórico-metodológico do ColaboraGov.
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO CEG-MIDR Nº 10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025</u>

	Aprova o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação 2025 no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. <u>PORTARIA MIDR Nº 2982, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Estabelece a iniciativa dos Polos de Agricultura Irrigada no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e cria o Comitê de Reconhecimento dos Polos. <u>PORTARIA MIDR Nº 2.988, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Fortalecimento do Mercado Local (Mercado do Povo), estabelece diretrizes para sua implementação e define estratégias para aquisição e doação das estruturas modulares.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.033, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Estabelece critérios e orientações para a execução de emendas de bancada estadual e emendas de comissão permanente, no orçamento de 2026, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública e entidades vinculadas, de que tratam o art. 2º, § 6º e o art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA <u>PORTARIA SENASP/MJSP Nº 635, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Projeto de Gerenciamento de Aeronaves para Situações de Urgência e Socorro - PEGASUS, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 8.276, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Modelo de Informação de Resultado de Exame Laboratorial (REL) no âmbito da Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS <u>PORTARIA GM/MS Nº 8.262, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Inclui, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, procedimentos relativos à hormonioterapia do câncer de mama. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 644, DE 28 DE AGOSTO DE 2025</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 506, de 30 de março de 2022, que institui o Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção à Saúde de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → 4ª Diretoria

↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.805, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025

A GERENTE-GERAL SUBSTITUTA DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Produto - (Lote): QUEIJO MINAS ARTESANAL (TODOS PRODUZIDOS A PARTIR DE 26/04/2025);

Tipo de Produto: Alimento

Expediente nº: 1278311/25-1

Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Recolhimento

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

PORTARIA SECTICS/MS Nº 70, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a vacina adsorvida hexavalente acelular para crianças com até 6 anos, 11 meses e 29 dias imunodeprimidas, com condições clínicas especiais ou com risco aumentado de apresentarem eventos adversos, conforme estratégia do Programa Nacional de Imunizações.

PORTARIA SECTICS/MS Nº 78, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o teste imunoenzimático para detecção do antígeno galactomanana de Histoplasma capsulatum para o diagnóstico de histoplasmose.

PORTARIA SECTICS/MS Nº 77, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o rituximabe para o tratamento em crianças e adolescentes com síndrome nefrótica primária corticodependente e recaída frequente, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde.

PORTARIA SECTICS/MS Nº 76, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Torna pública a decisão de excluir, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a selegilina para o tratamento da doença de Parkinson.

PORTARIA SECTICS/MS Nº 72, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prostatectomia radical assistida por robô para o tratamento de pacientes com câncer de próstata clinicamente localizado ou localmente avançado.

PORTARIA SECTICS/MS Nº 69, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

	Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o sunitinibe para o tratamento de indivíduos com tumor do estroma gastrointestinal avançado ou metastático, após falha ao imatinibe, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde. SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI) <u>PORTARIA SESA/MS Nº 319, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Portaria SESA/MS nº 262, de 11 de junho de 2025, para dispor sobre a função de coordenação e de secretaria executiva do Comitê sobre Mercúrio, Agrotóxicos e Outros Contaminantes Ambientais, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena.
Ministério das Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MMULHERES Nº 438, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Estabelece critérios e orientações para a execução, no orçamento de 2026, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional a que se referem os Capítulos II e III da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério das Mulheres.
Ministério de Minas e Energia	COMITÊ GESTOR DE INDICADORES E NÍVEIS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (CGIEE) <u>RESOLUÇÃO CGIEE Nº 5, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Consolida as atribuições dos órgãos e entidades competentes para a implementação dos procedimentos de avaliação e classificação da eficiência energética das edificações, nos termos da legislação vigente. <u>RESOLUÇÃO CGIEE Nº 4, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Fica aprovado o regulamento que define os índices mínimos de eficiência energética para as edificações residenciais, comerciais, de serviços e públicas.
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MDA/INCRA/CONAB Nº 5, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> FAMÍLIA E COMBATE À FOME Institui a Junta de Execução Orçamentária e Financeira, no âmbito conjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). <u>PORTARIA MDA Nº 48, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Institui o Comitê Alimento no Prato no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 1.113, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u>

Família e Combate à Fome	Estabelece critérios e orientações para a execução, no orçamento de 2026, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional, operacionalizados por emendas de bancada estadual (RP 7) ou de comissão permanente (RP 8), a que se referem os Capítulos I e II da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN) <u>RESOLUÇÃO CAISAN/MDS Nº 16, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Aprova a II Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil e institui o Comitê Gestor da II Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>PORTARIA SNAS Nº 90, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u> Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema Estrutura SUAS.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 19, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Instrução Normativa nº 13, de 4 de novembro de 2022, que regulamenta a Taxa de Manutenção de Registro ou da Classificação do Potencial de Periculosidade Ambiental.
Ministério do Trabalho e Emprego	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTE Nº 1.662, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.
Ministério dos Povos Indígenas	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MPI-SE/MPI Nº 192, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Comitê Técnico do Programa de Consolidação da Posse Indígena (PCPI), no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas.
Ministério dos Transportes	SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO <u>PORTARIA SENATRAN Nº 751, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u> Autoriza, até 31 de março de 2026, a Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil do Município de Matão/SP a implementar estudo experimental com sinalização voltada para a circulação de motociclistas, denominada Faixa Azul.

	<u>PORTARIA SENATRAN Nº 748, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u> Autoriza, até 31 de março de 2026, a Secretaria de Mobilidade e Transportes (SMT) do Município de Diadema/SP a conduzir estudo experimental com sinalização viária voltada para a circulação de motociclistas.
Banco Central do Brasil (BCB)	ÁREA DE RELACIONAMENTO, CIDADANIA E SUPERVISÃO DE CONDUTA → Departamento de Atendimento Institucional <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 661, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025</u> Estabelece procedimentos operacionais necessários ao funcionamento do sistema de comunicação de restrição a contratações no Sistema Financeiro Nacional (SRC), de que trata a Resolução BCB nº 475, de 26 de maio de 2025, denominado BC Protege +. DIRETORIA COLEGIADA (DC) <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 507, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Aprova o Manual de Penalidades do Pix. (*) (*) <i>Republicada por ter saído, no DOU de 30/09/2025, Seção 1, pág. 449 a 551, com incorreção.</i> <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 506, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera a Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que institui o arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu regulamento, para ajustar dispositivos relacionados ao critério de autorização das instituições de pagamento não autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que sejam participantes do Pix; e altera o regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix, para aprimorar os mecanismos de segurança do arranjo e para ajustar dispositivos relativos às penalidades aplicáveis aos participantes do Pix.
Controladoria-Geral da União (CGU)	GABINETE DO MINISTRO (GM) → Secretaria Executiva <u>PORTARIA NORMATIVA SE/CGU Nº 228, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Estabelece diretrizes para a elaboração, assinatura, acompanhamento e monitoramento de acordos de cooperação técnica, acordos de adesão e acordos de cooperação no âmbito da Controladoria-Geral da União.
Poder Judiciário	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) <u>PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 326, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça.

SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP Nº 074 DO SECRETÁRIO EXECUTIVO RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre a realização de processo de apurações preliminares no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, de seus órgãos vinculados e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SAP Nº 075 DO SECRETÁRIO EXECUTIVO RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre a composição, competências e atribuições do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário do Estado de São Paulo – FUNPESP, em conformidade com a nova Estrutura Organizacional da Secretaria da Administração Penitenciária
Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CGE/PGE Nº 01, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera e acrescenta dispositivo na Resolução Conjunta CGE/PGE nº 01, de 24 de maio de 2023.
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 129, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 129, DE 1 DE OUTUBRO DE 2025</u> Dispõe sobre o processo de autorização de funcionamento e supervisão e estabelecimentos de ensino e cursos de rede privada de ensino presencial, nos diferentes níveis e modalidades, integrantes do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 128, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe, de forma complementar, sobre a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u>

	Dispõe sobre o ingresso de candidatos nomeados em 2025 para o cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental e Médio - PEFM no Quadro de Magistério - QM da Secretaria do Estado da Educação - SEDUC, revoga a Resolução SEDUC nº 60/2024 e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 126, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEDUC nº 109, de 29 de julho de 2025, que dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado em 2025 e dá providências correlatas
Secretaria de Esportes (SESP)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SESP Nº 26 DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre a definição dos responsáveis pelas Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária da Secretaria de Esportes.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	CONSELHO DE DEFESA DOS CAPITAIS DO ESTADO – (CODEC) <u>DELIBERAÇÃO CODEC Nº 3, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025</u> Dispõe sobre as normas gerais para a fixação de remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, a serem observadas pelas empresas nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente. <u>DELIBERAÇÃO CODEC Nº 02, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025.</u> Estabelece a Política de Indicação dos administradores, membros de comitês estatutários e conselheiros fiscais nas empresas sob o controle direto ou indireto do Estado de São Paulo. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>PORTARIA SRE 65, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera a Portaria CAT 28/20, de 19 de março de 2020, Portaria CAT 28/20, de 19 de março de 2020, que disciplina os procedimentos a serem adotados por contribuintes do ICMS, relativamente ao estoque de mercadorias, em razão da exclusão ou inclusão no regime da substituição tributária com retenção ou pagamento antecipado do imposto. <u>PORTARIA SRE 64, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera a Portaria CAT 68/19, de 13 de dezembro de 2019, que divulga a relação de mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária com retenção antecipada do ICMS no Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PORTARIA SRE 64, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025</u> Altera a Portaria CAT 68/19, de 13 de dezembro de 2019, que divulga a relação de mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária com retenção antecipada do ICMS no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>DELIBERAÇÃO PREVCOM Nº 02/2025, DE 27 DE SETEMBRO DE 2025</u> Publica o Plano de Organização e Funcionamento da PREVCOM.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CGE/PGE Nº 01, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025</u> Altera e acrescenta dispositivo na (*) Resolução Conjunta CGE/PGE nº 01, de 24 de maio de 2023 . (*) Dispõe sobre a atuação conjunta da Controladoria Geral do Estado - CGE e da Procuradoria Geral do Estado - PGE na negociação, celebração e acompanhamento de acordo de leniência, em face do que dispõem os artigos 16, 18 e 19 da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 , bem como nos artigos 3º, II e 30, VIII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022 , nos termos que seguem.
Secretaria da Segurança Pública (SSP)	<u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SSP/SEDUC/SEDPCD - 01/2025</u> Institui, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública - SSP, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - SEDUC, e da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDPCD, Grupo de Trabalho complementar, para a consolidação dos estudos com vistas à formatação e definição de Cronograma para implantação, em todo o Estado de São Paulo, de Unidade de Resgate às Vítimas Pessoas com Deficiência-PCD (RESGATE PCD), e do Programa Bombeiro na Escola.
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR Nº 8975, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Programa de Apoio às Pesquisas do Centro de Estudos de Gases de Efeito Estufa (RCGI), vinculado à Reitoria, com a concessão de bolsas de pós-doutorado nos termos da Resolução nº 8241, de 26 de maio de 2022.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
03/10/2025	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2025, DE 03/10/2025</u> Dispõe sobre a extinção da Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" - FURP, altera a Lei n.º 9.192, de 23 de novembro de 1995, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2025, DE 03/10/2025</u> Dispõe sobre a extinção de serviço extrajudicial (Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas) e atribuição da

especialidade a unidade já existente na Comarca de Laranjal Paulista (Registro de Imóveis e Anexos).

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 1055/2025, DE 03/10/2025

Altera a [Lei n.º 3.201, de 23 de dezembro de 1981](#), que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

PROJETO DE LEI Nº 1054/2025, DE 03/10/2025

Dispõe sobre as penalidades e sanções administrativas aplicáveis às pessoas que praticarem atos de zoofilia, no âmbito do Estado de São Paulo, em conformidade com a [Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#).

PROJETO DE LEI Nº 1053/2025, DE 03/10/2025

Dispõe sobre a criação de espaços sensoriais nas instituições de ensino da educação básica da rede pública do Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 1052/2025, DE 03/10/2025

Reconhece os bares, restaurantes e estabelecimentos similares que fornecem bebidas alcoólicas de qualquer espécie de procedência confiável, como estabelecimento amigo do consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1051/2025, DE 03/10/2025

Estabelece medidas de inclusão digital e proteção contra fraudes eletrônicas e crimes cibernéticos contra a pessoa idosa no Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1050/2025, DE 03/10/2025

Cria o Grupo Estadual de Fiscalização e Controle de Bebidas Adulteradas, estabelece normas de rastreabilidade, fiscalização, controle, medidas socioeducativas, penalidades e dá outras providências.

02/10/2025

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 47/2025, DE 02/10/2025

Altera a [Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968](#), que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a [Lei Complementar n.º 1.270, de 25 de agosto de 2015](#), Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2025, DE 02/10/2025

Altera a [Lei Complementar nº 1.257, de 06 de janeiro de 2015](#), que institui o Fundo Estadual de Segurança contra Incêndios e Emergências (FESIE), para incluir, como fonte de receita, recursos oriundos de créditos de carbono e ativos ambientais previstos na legislação federal.

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 1049/2025, DE 02/10/2025

Reestrutura o Fundo de Aval - FDA, instituído pela [Lei n.º 10.016, de 29 de junho de 1998](#), e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1048/2025, DE 02/10/2025

Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Estado de São Paulo, revoga a [Lei n.º 9.177, de 18 de outubro de 1995](#) e a [Lei n.º 13.242, de 8 de dezembro de 2008](#), e dá providências correlatas.

PROJETO DE LEI Nº 1047/2025, DE 02/10/2025

Revoga a [Lei nº 12.228, de 11 de janeiro de 2006](#), que dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à internet e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1046/2025, DE 02/10/2025

Aprova a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos referente ao período 2024-2027 e altera as Leis [nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991](#), que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e [nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005](#), que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores.

PROJETO DE LEI Nº 1045/2025, DE 02/10/2025

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Prevenção e Combate à Adulteração de Bebidas, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1044/2025, DE 02/01/2025

Altera a [Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021](#), que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher, para instituir o procedimento de intimação da medida protetiva de urgência por meio de aplicativo eletrônico de mensagem, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1043/2025, DE 02/10/2025

Institui a Política Estadual de Prevenção e Posvenção do Suicídio no Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1042/2025, DE 02/10/2025

Autoriza o Poder Executivo a estender o funcionamento do sistema metroferroviário do Estado de São Paulo até a 1 (uma) hora da madrugada nos finais de semana e feriados.

PROJETO DE LEI Nº 1041/2025, DE 02/10/2025

Insere no âmbito do Programa CONVIVA SP- Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, o Eixo de Atenção Psicológica Antirracista.

PROJETO DE LEI Nº 1040/2025, DE 02/10/2025

Institui a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral às Crianças e aos Adolescentes em Orfandade.

PROJETO DE LEI Nº 1039/2025, DE 02/10/2025

	Institui o Programa Estadual de Implantação de Rampas e Trapiches no Estado de São Paulo, autoriza a cessão de uso de áreas públicas estaduais para essa finalidade, estabelece linhas de apoio técnico e financeiro, disciplina mecanismos de cooperação com colônias de pescadores, associações civis e consórcios públicos intermunicipais; e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 1038/2025, DE 02/10/2025</u> Acrescenta a Nota Explicativa nº 6 à Tabela V - Dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais - anexa à Lei nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002, a fim de instituir o repasse aos juízes de casamento, dentro da sede, de porcentagem da parcela dos emolumentos devidos ao oficial registrador. <u>PROJETO DE LEI Nº 1037/2025, DE 02/10/2025</u> Dispõe sobre as sanções administrativas aplicáveis aos estabelecimentos comerciais que armazenarem, expuserem à venda, venderem ou distribuírem bebidas adulteradas, deterioradas, alteradas, avariadas, falsificadas, corrompidas, ou fraudadas com metanol ou outras substâncias nocivas à saúde, e dá providências correlatas. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/2025, DE 02/10/2025</u> Altera a Resolução nº 925, de 2 de fevereiro de 2021, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para instituir a Divisão de Saúde Mental do Servidor.
01/10/2025	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1036/2025, DE 01/10/2025</u> Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026. <u>PROJETO DE LEI Nº 1035/2025, DE 01/10/2025</u> Institui a Política Estadual de Segurança do Abastecimento de Água no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 1032/2025, DE 01/09/2025</u> Dispõe sobre a oferta progressiva de alimentos orgânicos e de base agroecológica nas refeições fornecidas em serviços públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 1030/2025, DE 01/10/2025</u> Dispõe sobre a criação de linhas de crédito, com juros reduzidos e prazos alongados, para jovens empreendedores rurais do Estado de São Paulo, estabelecendo critérios e condições para a concessão e uso dos recursos em atividades agrícolas e pecuárias de base tecnológica e sustentável. <u>PROJETO DE LEI Nº 1026/2025, DE 01/10/2025</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de QR Code por lote em embalagens de bebidas alcoólicas comercializadas no Estado de São Paulo, permitindo ao consumidor verificar a autenticidade do produto e coibir a venda de bebidas adulteradas. <u>PROJETO DE LEI Nº 1024/2025, DE 01/10/2025</u>

	Altera a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, para incluir as Áreas de Preservação Permanente - APPs como critério adicional no cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM) e ampliar os percentuais dos Índices de Reservatórios de Água e de Resíduos Sólidos. PROJETO DE LEI Nº 1023/2025, DE 01/10/2025 Estabelece o procedimento de trituração de vasilhames de vidro de bebidas na forma que especifica e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 1022/2025, DE 01/10/2025 Institui a política estadual de oferta do procedimento de reversão de vasectomia e laqueadura nas unidades de saúde pública estaduais e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS.
30/09/2025	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2025, DE 29/09/2025 Altera a Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38/2025, DE 26/09/2025 (*)RETIFICAÇÃO Leia-se como segue e não como constou: (...) (*)Retificação DOL, 29/09/2022 MENSAGENS DE RESOLUÇÃO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/2025, DE 29/09/2025 Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Frentes Parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa e revoga a Resolução ALESP nº 870, de 8 de abril de 2011.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
03/10/2025	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº 56/2025 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal: (...)

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
03/10/2025	<u>LEI Nº 18.314, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025</u> Proíbe o uso de coleiras antilatidos na forma que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>